

OS RUMOS DA CIDADE: URBANISMO E MODERNIZAÇÃO EM SÃO PAULO

Candido Malta Campos

São Paulo: Editora Senac, 2002.

Telma de Barros Correia

O livro *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*, do arquiteto Candido Malta Campos, surge como uma importante contribuição para a compreensão do papel de urbanistas e políticos nas transformações do espaço desta cidade no período entre 1870 e 1945. Produzido como tese de doutorado pelo programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – orientada pelo Prof. Dr. Philip Gunn –, o livro se baseia numa pesquisa ampla e incorpora análises acuradas. Entre as qualidades da obra estão a riqueza e diversidade das fontes consultadas, as ilustrações profusas e esclarecedoras (sempre tratadas de forma complementar e subalterna à narrativa), a densidade, rigor e profundidade das análises realizadas e a redação ágil, características que tornam a leitura de suas mais de 600 páginas tarefa instigante e agradável. O livro baseia-se em trabalho de pesquisa histórica que concilia a leitura de uma vasta bibliografia sobre o tema a um amplo trabalho com as fontes – artigos, transcrições de conferências, leis, pareceres, discursos, mapas e fotos – dialogando com este material e, a partir dele, construindo uma narrativa bem estruturada.

Trata-se de uma abordagem abrangente que recupera e articula aspectos relevantes das transformações pelas quais passaram a cidade de São Paulo – especialmente sua área central – ao longo do período em análise. Analisa a gestação e o conteúdo de projetos urbanísticos e de instrumentos intervencionistas ou reguladores (códigos de obras, zoneamentos, normas de parcelamento, taxas de melhoria etc.). Investiga de forma minuciosa a evolução e maturação de propostas e a maneira como foram eventualmente implantadas. Desvenda a diversidade das propostas formuladas em meio a diferentes posturas, divergências teóricas e distintas filiações. Indica as referências internacionais e nacionais mobilizadas nas diferentes propostas e a forma como se procurou adequá-las às condições locais. Os elos entre modelos urbanos e arquitetônicos – vinculados a voca-

bulário eclético, *beaux-arts*, neocolonial ou “moderno monumental” – são enfatizados e discutidos.

A obra salienta o papel relevante desempenhado na conformação do espaço da cidade por políticos, entre os quais, João Alfredo, Fábio Prado e Gofredo Teles; por engenheiros, arquitetos e urbanistas – como Vítor Freire, Saturnino de Brito, Ricardo Severo, Bouvard, Ulhoa Cintra e Artur Sabóia; e por personagens que atuaram nos dois campos de atividades – como Heribaldo Siciliano, Alexandre de Albuquerque, Pires do Rio, Anhaia Melo e Prestes Maia.

Na sua conclusão, ao tecer considerações sobre a configuração atual de São Paulo, o autor assinala que “o modelo que persiste na cidade não é único nem inevitável, tendo resultado dos embates em torno da modernização urbana ao longo do século passado” (Campos, 2002, p.631). O grande mérito de sua obra é precisamente desvendar aspectos desses embates. O autor mostra como nessas disputas vão estar envolvidas demandas simbólicas, estéticas, higienistas, de tráfego, de valorização imobiliária e interesses políticos e comerciais. Confrontos, debates e busca de soluções alternativas, muitas vezes conciliatórias, marcaram a trajetória de projetos e propostas, e vão contrapor urbanistas, políticos e técnicos dos setores de obras públicas, cujas posições são defendidas em artigos, conferências, cursos e em propostas de intervenção no espaço urbano. Dois aspectos destes embates são enfatizados ao longo do livro: o confronto entre projetos diversos e o relativo descompasso entre projetos e realizações.

Em termos da convivência e concorrência entre orientações e projetos diversos, uma das questões enfatizadas refere-se às diferentes formas de apropriação e assimilação de experiências e modelos internacionais. A esse respeito mostra-se, por exemplo, como nas primeiras décadas do século XX modelos de inspiração “hausmannianas” – então privilegiados nas intervenções urbanísticas nas capitais nacionais – chocaram-se com padrões de inspiração “sittiana”, defendidos por urbanistas como Vítor Freire e Saturnino de Brito. Demonstra-se também como a ênfase das propostas urbanísticas foi se deslocando de questões sanitárias para preocupações viárias, num movimento que redefine inclusive os padrões estéticos eleitos e o lugar de preocupações desta natureza nos planos. Recupera-se o debate entre propostas que buscam conter o crescimento da cidade – defendidas por Anhaia Melo – com outras

que pressupõem um crescimento ilimitado, que tiveram em Prestes Maia um representante. Assinala-se o conflito entre o padrão urbanístico dos bairros-jardins e os modelos de vias retilíneas e largas consagrados nos códigos das primeiras décadas do século XX, além dos embates entre defensores e críticos da verticalização do centro da cidade, e entre propostas de criação de grandes avenidas por meio do alargamento de vias existentes ou criação de novas vias em fundos de vale.

Ao assinalar o descompasso entre planos e intervenções, o autor contrapõe ao teor e a amplitude dos projetos as características e o caráter parcial das realizações. Mostra o limite geográfico restrito atingido pelas reformas urbanas do início do século XX. Citando instrumentos como as taxas de calçamento e a contribuição de melhoria, indica a dificuldade encontrada de pôr em prática medidas amplamente defensáveis em termos conceituais. Referindo-se aos casos dos urbanistas Anhaia Melo e Prestes Maia, mostra os limites da aplicação de muitas das ditas “soluções racionais” recomendadas por urbanistas, que não conseguiram efetualá-las mesmo quando prefeitos da cidade. Tal descompasso evidencia não apenas limitações orçamentárias, como também a busca em conciliar a ação pública com interesses locais. Ao analisar a trajetória entre a formulação das propostas urbanas e a eventual intervenção, Campos evidencia os ajustes introduzidos e as negociações efetivadas que buscavam conciliar interesses diversos de setores do capital, de valorização fundiária, de reprodução da força de trabalho e de legitimação dos dirigentes. Analisando este percurso entre proposições e ações, o autor salienta como “o processo de intervenção urbanística, longe de ser mero campo de progresso técnico, implicava opções com sérias conseqüências sobre as condições de vida, acumulação e produção vigentes no centro urbano” (Campos, 2002, p.283).

Em meio a tais embates, o autor assinala o delineamento de algumas tendências, entre as quais a mais nítida é a crescente ênfase das intervenções – em especial a partir da década de 1920 – nas questões referentes a tráfego e sistema viário. Tal ênfase ocorre em detrimento de outras demandas – estéticas, habitacionais e de lazer – e se direciona, sobretudo, ao estímulo do transporte particular e do ônibus entre as modalidades de transporte coletivo. O Plano de Avenidas – concebido por Prestes Maia no final da década de 1920 – surge como um momento exemplar desta tendência.

Ao final de sua análise, Campos salienta o poder de permanência da visão expansionista e “rodoviarista” de Ulhoa Cintra e de Prestes Maia, enumerando intervenções recentes na cidade de São Paulo que concretizam diretrizes do Plano de Avenidas, como a passagem subterrânea da avenida Tiradentes, que integra o perímetro de irradiação e túneis e vias ligando as avenidas Bandeirantes e Salim Maluf, que integram o terceiro circuito perimetral.

Ao tratar a cidade de São Paulo como um campo de disputas entre idéias, práticas e projetos urbanísticos, que contrapõem concepções que afetam interesses diversos, o livro desvenda o papel central de urbanistas que atuaram no período em análise na mediação de conflitos de interesses e de visões de cidade. Analisando esta atuação, mostra como o domínio de técnicas, o conhecimento de experiências internacionais e uma suposta neutralidade fundamentada numa pretensa racionalidade foram instrumentos importantes. Mas, o grande mérito da obra é precisamente sublinhar o vasto campo de lutas – tantas vezes escamoteado em abordagens restritas a aspectos formais – que permeia o pensamento e a prática do urbanismo.

CIDADES ESTREITAMENTE VIGIADAS: O DETETIVE E O URBANISTA

Robert Moses Pechman

Apresentação de Stella Bresciani

Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

Amílcar Torrão Filho

Clarice Lispector escreveu em uma crônica que, quando criança, acreditava que os livros nasciam em árvores. Hoje sabemos que eles têm autores e são resultado de muito trabalho e de um esforço de imaginação. Há ainda aqueles que são escritos inspirados em outros livros, que lhes abrem o caminho ou servem como fonte de informação, estímulo ou inspiração. É este o caso de *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*, de Robert Moses Pechman, inspirado que foi pela leitura de um pequeno livro já tornado um clássico. Considera-se o autor uma destas pessoas a quem, *por defeito de fabricação*, os “livros desequilibram, produzem abismos, causam estragos, torcem a vontade,